

## UD X – Assunto 6 – A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA VELHA - LITÍGIOS FRONTEIRIÇOS NO BRASIL

Nº	QUESTÃO/PAÍS	RESUMO DO CONFLITO
1	Cisplatina (Uruguai)	Quando foi proclamada a Independência, as tropas brasileiras sofreram uma cisão na região da Cisplatina, a favor ou contra D. Pedro e a Independência. As tropas fiéis ao imperador conseguiram vencer os uruguaios. Em 1825, um grupo de guerrilheiros uruguaios comandado pelo general Lavalleja, "LOS TREINTA Y TRES", desembarcou na província de Cisplatina. Com apoio popular, proclamou a separação da Cisplatina e sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). Estava declarada a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas. Em 27 de agosto de 1828, o governo de D. Pedro I, levado pelos problemas econômicos causados pela guerra e pelas pressões da Inglaterra e da França, aceitou a Independência da Cisplatina. A Argentina desistiu da posse do território uruaio. Nascia a República Oriental do Uruguai. Mas como o Tratado definitivo não foi assinado, as fronteiras permaneceram indefinidas. Durante catorze anos, o Império brasileiro esteve envolvido em lutas contra o Uruguai e a Argentina para defender a livre navegação pelo Rio da Prata, o caminho mais utilizado na época para atingir a Província do Mato Grosso. Os uruguaios, chefiados por Manuel Oribe, mantinham em sobressalto os habitantes do Rio Grande do Sul, pois atravessavam a fronteira, realizando saques e pilhagens. A Inglaterra foi a mediadora e obteve algumas vantagens como o livre comércio no estuário platino. A guerra da Cisplatina desestabilizou o governo de D. Pedro I. A morte de muitos soldados das forças imperiais e os imensos recursos gastos para contratar na Europa tropas mercenárias de irlandeses e alemães provocaram grande insatisfação entre os brasileiros que, em sua maioria, passaram a apoiar a independência uruaia. Essa guerra também aumentou a desconfiança que as repúblicas americanas nutriam em relação à política expansionista do Brasil. Terminada a 1ª fase da Guerra, brasileiros e representantes uruguaios subscreveram quatro tratados, em 1851, que iriam ter muita importância nos acontecimentos políticos do Prata. Por eles: (1) confirmava-se a fronteira assegurada pelo <i>uti possidetis</i> , de 1812; (2) o Império mantinha a navegação exclusiva da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão; (3) o Brasil prometia amparar a independência da República do Uruguai e as suas instituições, mesmo à força das armas; e (4) as dívidas contraídas seriam pagas. A fronteira permaneceu inalterada até 1909, quando o Barão de Rio Branco promoveu a cessão ao Uruguai da exclusividade da navegação da Lagoa Mirim e o Rio Jaguarão, estabelecendo o regime de condomínio.
2	Palmas ou Missões (Argentina)	Durante muito tempo, a instabilidade política da região argentina impossibilitou qualquer tentativa de estabelecimento jurídico de seus limites. Somente depois de sua unificação e pacificação essa questão foi posta em jogo. A assinatura do primeiro tratado de limites ocorreu em 1857. Apesar de aprovado pela Câmara e Senado e argentinos, o Tratado ficou sem efeito por ter o governo deixado vencer o prazo de execução.

		Então, a região de Palmas entrou em litígio. Nesta região, a colonização havia sido predominantemente portuguesa, mas a fronteira nunca chegou a ser demarcada com precisão; assim, após a independência argentina, o governo de Buenos Aires passou a reivindicar a área. Em 1890, Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores do Brasil, assinou com o governo argentino o Tratado de Montevideu, que dividia a área entre os dois países. O acordo, no entanto, teve uma péssima repercussão na opinião pública brasileira, a ponto de a Câmara dos Deputados recusar-se a ratificá-lo. Três anos depois, a questão foi submetida ao arbitramento do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, sendo indicado o Barão do Rio Branco para defender a posição brasileira. A sentença, inteiramente favorável, ao Brasil foi proferida em 1895, estabelecendo por fronteira os Rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, como reivindicava o governo brasileiro, e não os rios Chapecó e Chopin, como queriam os argentinos. Em consequência, a linha divisória foi fixada em 1898, pelo Tratado do Rio de Janeiro.
3	Região do rio Apa (Paraguai)	Mesmo durante as ditaduras de Francia e Carlos Lopes, o Império brasileiro procurou manter relações diplomáticas com o Paraguai. O governo brasileiro achou oportuno um acordo geral das nações interessadas na Intervenção no Prata e, como preliminar, o reconhecimento da independência do Paraguai (ratificada em Assunção pelo governo que sucedera a Francia, em 1842). Assim, comissionou um embaixador junto aos vários governos europeus, o Visconde de Abrantes, e mandou para Assunção Pimenta Bueno (depois Marquês de São Vicente). Após reconhecer a independência da República (1844), Pimenta Bueno com ela firmou um tratado de comércio e navegação. Não conseguiu, no entanto, negociar sobre os limites. Em 1847, o Paraguai propôs que o território entre os rios Branco e Apa fosse neutralizado. O Brasil não concordou e as negociações não foram adiante. Em 1855, Pedro de Oliveira negociou um Tratado de Comércio, Navegação e Amizade. A Convenção Adicional, assinada na mesma época, estabeleceu o prazo de um ano para a negociação de um Tratado de Limites, devendo os dois Tratados serem ratificados simultaneamente. O governo não ratificou esse Tratado. Em 1856, o Visconde do Rio Branco e o chanceler paraguaio José Berges negociaram novo Tratado de Comércio, Navegação e Amizade, que (1) reconhecia a liberdade de navegação nos rios Paraná - Paraguai (restrita apenas a dois navios de guerra) e (2) nomeava representantes para tratar da questão de limites. Após a Guerra da Tríplice Aliança, a paz entre o Brasil e o Paraguai foi assinada em 1872. Nesse Tratado (Tratado de Assunção) foi encerrada a secular questão de limites. Os limites acordados passavam pelo Rio Paraná, pela serra de Maracaju à nascente do rio Apa e rio Paraguai. Em 1927, um tratado complementar regulou a fronteira no Rio Paraguai.
4	Região do Acre (Bolívia)	O primeiro Tratado de Limites com a Bolívia foi assinado em 1827, em La Paz. Ficou acordado que a linha limítrofe seria "uma paralela" tirada da margem esquerda do rio Madeira em latitude sul 10°20' "até encontrar o Javari", explicando que, "se este tivesse suas nascentes ao norte, aquela linha seguiria por uma reta tirada da mesma latitude a buscar a nascente principal do mesmo rio".

		<p>Essas determinações do tratado, em vez de solucionar a questão, criaram mais problemas, pois eram ambíguas. Entre 1870 e 1880, a região do rio Acre foi povoada por nordestinos (sobretudo cearenses), expulsos pela seca de suas terras e atraídos pela riqueza representada pela borracha. Em fins do século, a região contava com cerca de 60.000 habitantes. Por isso, apesar de reconhecer que a região deveria pertencer à Bolívia, de acordo com o Tratado de 1867, em 1895 o Brasil retomou as negociações sobre a região. A questão da fronteira tornara-se concreta e humana (<i>uti possidetis</i>). Em 1899, José Paravicini fundou a povoação de Puerto Alonso (Porto Acre), no rio Acre, instalando alfândega e governo a mando do governo boliviano. Os moradores da região se revoltaram e, sob o comando de José Carvalho, expulsaram o delegado boliviano. O aventureiro espanhol Luís Aurias proclamou a independência do Acre. A situação foi restabelecida por uma força naval brasileira a pedido do governo da Bolívia. Não podendo manter permanentemente a ordem na região, a Bolívia resolveu arrendá-la a um consórcio anglo-americano - o "Bolivian Syndicate". A população do território, em 1902, insurgiu-se novamente sob o comando de Plácido de Castro e se apoderou de todo o território acreano. O Brasil interveio junto à Bolívia em busca de uma solução. Indignada, a Bolívia optou pela violência e enviou uma expedição sob o comando do próprio Presidente da República. O governo dos EUA por sua vez, anunciou que não podia ser indiferente aos interesses de seus nacionais. Rio Branco assumiu a direção do Ministério do Exterior, em 1902, com o propósito de tornar o Acre território brasileiro. Retomando as negociações, fez propostas de indenização do território, permuta de áreas, mas não logrou êxito. Com a notícia de que a Bolívia só entraria em negociações depois que a insurreição fosse debelada, Rio Branco avisou ao governo da Bolívia que o Brasil ia ocupar militarmente a região, fato que aconteceu no início de 1903. Paralelamente à ocupação, Rio Branco retomou as negociações. Conseguiu o que era fundamental para o êxito de qualquer acordo - a desistência do sindicato anglo-americano de todo e qualquer direito ou reclamação, mediante uma indenização de 110.000 libras esterlinas. Em 17 de novembro de 1903, Brasil e Bolívia assinam o Tratado de Petrópolis no qual (1) a "parte meridional do Acre", povoada exclusivamente por brasileiros, com cerca de 191 mil quilômetros quadrados, passaria a pertencer ao Brasil; (2) uma pequena área de 3.200 quilômetros quadrados, na confluência do Rio Abunã e do Madeira, seria da Bolívia; (3) uma estrada de ferro ao longo do trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré deveria ser construída, com livre trânsito para os dois países; a ferrovia Madeira - Mamoré, que custou milhões de libras e a vida de 40 mil trabalhadores (que morreram de malária), tornou-se conhecida como "ferrovia do diabo" e foi desmontada por ser antieconômica; (4) o trânsito fluvial até o mar seria permitido aos dois países; e (5) o governo boliviano receberia o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, em duas parcelas.</p>
5	Região dos rios Javari, Juruá e Purus (Peru)	<p>Em 1841, o Peru pugnou pela aplicação do Tratado de Santo Ildefonso na determinação de suas fronteiras com o Brasil. O Brasil não aceitou a ideia, pois apoiava o princípio do <i>uti possidetis</i>. Mas face à instabilidade política peruana no momento, não levou adiante as discussões. Somente em 1851 é que foram retomadas as discussões para a delimitação da fronteira Brasil-Peru: uma linha divisória que passava pelo rio Javari, de</p>

		<p>acordo com o princípio do <i>uti possidetis</i>. A conversação não foi adiante. Em 1863, em virtude de incidentes com navios peruanos no Amazonas, foi assinado um acordo de navegação fluvial. Nesse mesmo ano, surgiu pela primeira vez, a pretensão peruana de continuar seus limites com o Brasil pela linha leste-oeste, referidas nos Tratados de 1777 e 1750. Foi repelida pelo Império como inadmissível e contrária às próprias estipulações da convenção. Em 1867 o Peru, por causa da Guerra da Tríplice Aliança, rompeu relações diplomáticas com o Brasil; suspenderam-se os trabalhos de demarcação. Reatadas as relações diplomáticas, em 1869, o Peru protestou contra o Tratado de 1867, firmado com a Bolívia, alegando direitos sobre as terras a leste e ao sul do rio Javari. Propôs ao Brasil uma reunião dos três países interessados para tratarem da questão. O Brasil não concordou, fiel à diretriz política de tratar separadamente com cada um dos seus confrontantes. Nesse mesmo ano, foram nomeadas comissões para demarcações de limites no setor do Javari, sendo o comissário brasileiro o Barão de Teffé. Em 1874, o Barão de Teffé descobriu a nascente do rio Javari, situada a 7º 01' de latitude sul, muito mais ao norte do que a prevista no Tratado de 1867. Neste mesmo ano, foi firmado um acordo sobre o rio Içá sobre navegação e permuta de alguns de seus trechos. As regiões do Alto Juruá e Alto Purus passaram a ser ocupadas por peruanos, gerando sucessivos conflitos com a população brasileira ali estabelecida. Em 1904, iniciaram-se novas negociações. O Barão do Rio Branco defendeu os interesses do Brasil, como ministro do Exterior. Baseados nos resultados dos estudos de comissões mistas que, explorando os rios Juruá e Purus até suas nascentes, verificaram o povoamento brasileiro até o rio Bren, no Juruá e o rio Santa Rosa, no Purus, conseguiu que as regiões do Alto Purus e do Alto Juruá continuassem sob a jurisdição do Brasil. Junto a esses limites criaram-se postos fiscais mistos. As incursões de peruanos às terras já habitadas por brasileiros cessaram. O Brasil reiniciou as negociações através do Barão do Rio Branco e o ponto de partida foi novamente o <i>uti possidetis</i>. Em 8 de setembro de 1909, negocia-se o tratado definitivo com o Peru: (1) todos os territórios ocupados por brasileiros tornaram-se brasileiros; (2) o Peru ficou com os territórios meridionais do Alto Purus e do Alto Juruá onde só existiam estabelecimentos e habitantes peruanos; e (3) o Acre ficou reduzido a 152.000 quilômetros quadrados, dos 191mil determinados pelo Tratado de Petrópolis.</p>
6	<p><b>Região de Tabatinga-Apaporis e Içana-Orinoco</b> <b>(Colômbia e Venezuela)</b></p>	<p>Em 1826, Leandro Palácios, plenipotenciário da Grã-Colômbia, enviado ao Rio de Janeiro para convidar o Império do Brasil a participar do Congresso de Panamá, iniciou negociações de limites com o governo brasileiro. Ofereceu como base de negociações o <i>uti possidetis</i> de direito, referido no Tratado de 1777. O Brasil rejeitou a proposta, oferecendo como base das negociações o <i>uti possidetis</i> de fato. Dissolvida a Grã-Colômbia, em 1822, retirou-se o seu representante, suspendendo-se as negociações. Em 1852, o Brasil negociou um Tratado de Limites com a Venezuela, por intermédio do Barão de Japurá, com base no <i>uti possidetis</i> de fato, estabelecendo a divisa com o Brasil desde as cabeceiras do rio Içana até a ilha de São José do Rio Negro e daí pelo divisor entre os rios Orinoco e o Amazonas. Esse tratado não foi ratificado pelo Congresso da Venezuela. Em 1853, o Brasil e a Colômbia, então República de Nova Granada, negociaram um</p>

		<p>Tratado de Limites em que o governo de Bogotá reconhecia como fronteira do Brasil, de Tabatinga ao rio Apapóris. Esse tratado não foi ratificado pelo Senado da Nova Granada. Em 1859, o Brasil e a Venezuela assinaram novo Tratado de Limites. Compreendia um trecho entre a cabeceira do rio Memachi e o rio Negro, trecho em litígio entre esse país e a Colômbia. Em 1879, foi iniciada a demarcação da fronteira do Brasil com a Venezuela. Face aos tratados entre Venezuela e Brasil, de 1859, e entre o Brasil e o Peru, de 1874, a Colômbia procurou novos entendimentos. Visando assegurar o seu direito sobre a linha Tabatinga-Apapóris, pretendida pelo Peru, Equador e Colômbia, o Brasil acertou em 1904 com o governo equatoriano o reconhecimento daquela linha nas condições já negociadas com o Peru. Em 1922, Peru e Colômbia acertaram os seus limites no Tratado de Salomón-Lozano, passando a região a oeste da linha Tabatinga-Apapóris à soberania colombiana. Em virtude de discordância entre Peru e Colômbia, surgida posteriormente, o Brasil interveio, procurando garantir a linha Tabatinga-Apapóris. A solução só foi obtida com a medição dos EUA. Assinou-se, em 1925, a chamada Ata Tripartite sobre limites e navegação entre o Brasil, Peru e Colômbia, em que a Colômbia assegurou o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris. Trocadas as ratificações do Tratado Salomon-Lozano, o Brasil negociou com a Colômbia o Tratado de 1928, pelo qual: (1) a Colômbia reconheceu a linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre os dois países; e (2) o Brasil reconheceu à Colômbia o direito de livre navegação no rio Amazonas e seus afluentes. Em 1937, foi aprovado pelos dois governos a demarcação das fronteiras.</p>
7	Região do rio Pirara (Guiana)	<p>Em 1755, para fazer face aos holandeses, que haviam se estabelecido no Alto Essequíbo, foi criada a Capitania do Rio Negro. Vinte anos mais tarde, foi fundado o forte de São Joaquim, um posto mais avançado para o nordeste, às margens do <b>rio Pirara</b>, afluente do rio Maú. Os holandeses, na ocasião de posse da Guiana, não protestaram contra a fundação desses postos militares, aprovando implicitamente a expansão luso-brasileira até o rio Maú. Sob o patrocínio da Sociedade Real de Geografia de Londres, o explorador Schomburgk realizou viagens, em 1835 e 1836, pelo interior da Guiana Inglesa e em seu relatório reconheceu que a linha divisória fora, até então, formada pela Serra Pacaraima até o monte Annay e pelo alto Rupumuni. Em 1838, o mesmo explorador retornou à região e encontrou o forte de São Joaquim e o posto de Pirara sem efetivo, uma vez que as guarnições tinham ocorrido ao interior para combater os bandoleiros. Schomburgk resolveu tomar posse da área em nome do governo inglês, incentivando a fundação de uma missão de catequese para os índios. Em 1840, os brasileiros voltaram a guarnecer os fortes e obrigaram os religiosos ingleses a se retirarem para as terras da Guiana Inglesa. O governo inglês, ignorando os atos anteriores de jurisdição brasileira sobre o território do Pirara, e considerando usurpação a reocupação brasileira em 1840, determinou a expulsão do destacamento brasileiro. A fim de evitar um conflito armado, o governo brasileiro propôs a neutralização provisória da região. Em 1891, novas tentativas de negociações foram realizadas, mas não resultaram em nada de concreto. Submetida a questão ao arbitramento do rei Vítor Emanuel, da Itália, a defesa da posição brasileira foi entregue ao Barão do Rio Branco. A sentença, emitida em 1904, dividia o</p>

		território contestado entre os dois litigantes. A Inglaterra, porém, ficava com uma saída fluvial para o rio Amazonas, alcançando, assim, seu principal objetivo.
8	<b>Serra de Tumucumaque (Suriname)</b>	Desde o fracionamento da Guiana Holandesa em favor da Guiana Britânica e o estabelecimento das linhas divisórias, o Brasil não teve qualquer questão fronteiriça com a Guiana Holandesa (Suriname). O governo holandês aguardou a solução das questões do Amapá (Brasil e Guiana Francesa) e do Pirara (Brasil e Guiana Inglesa), para depois negociar com o Brasil a definitiva fixação daqueles limites. Em 1906, o Barão do Rio Branco reuniu-se no Rio de Janeiro com o representante holandês, Frederico Palme, e assinou a convenção que estabeleceu a Serra de Tumucumaque como limite entre o Brasil e a então colônia holandesa.
9	<b>Questão do Amapá (Guiana Francesa)</b>	O Tratado de Utrecht havia sido claro quanto aos limites com a Guiana Francesa, fixando-os no rio Oiapoque ou Vicente Pinson. Em 1836, o governo francês, aproveitando-se das dificuldades com que lutava o Brasil na repressão da Guerra Civil dos "Cabanos", ordenou o estabelecimento de um posto militar à margem do lago Amapá. Em 1840, devido à interferência da Inglaterra, os franceses abandonaram a região, retirando-se para trás do rio Oiapoque. Para garantir nossos direitos, o governo imperial criou uma colônia militar à margem esquerda do rio Araguari. A superfície total do território em litígio foi calculada em 260.000 quilômetros quadrados. Entre 1842 e 1849, foram feitas várias tentativas para um acordo sobre a fronteira entre a França e o Brasil, sem êxito. Entre 1853 e 1855, o Visconde de Uruguai quis entrar em entendimento com o governo francês, representando pelo Barão de Butenval, oferecendo várias linhas fronteiriças. Não teve êxito. Por volta de 1890, foi descoberto ouro na área em litígio, o que levou, alguns anos depois, os residentes das duas nacionalidades a se conflitarem. As negociações com o governo de Paris foram bastante difíceis, tendo ocorrido mesmo ameaças veladas de ação militar. Apesar das ameaças francesas de intervenção, o governo suíço foi encarregado de arbitrar a questão. A sentença de 1900 nos foi inteiramente favorável, apoiada nos argumentos que Rio Branco apresentara em dois livros que escrevera para justificar a posição brasileira. A sentença não só nos restituiu o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, como tirou da França o ambicionado acesso ao Amazonas.
10	<b>Ilha da Trindade (Reino Unido)</b>	A Ilha de Trindade, descoberta em 1501 pelo navegador português João da Nova, foi desde logo incorporada às suas possessões na América. Em 1895 o almirantado inglês, sem qualquer aviso, como se as duas pequenas ilhas - Trindade e Martim Vaz - não pertencessem a ninguém, ocupou-as, declarando-as incorporadas ao império britânico. A notícia (publicada no Financial News) chegou ao Brasil seis meses depois e o ministro Carlos de Carvalho protestou, exigindo que a soberania brasileira fosse restaurada. Portugal foi aceito como mediador das negociações. Em nota de 1896 ao governo inglês, Portugal lembrou que a ilha tinha sido descoberta por portugueses e que, por ocasião da independência do Brasil, a ilha passara à sua soberania. Em agosto de 1896, o encarregado dos negócios da Grã Bretanha em Lisboa

		comunicava ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em nota oficial, que o governo de seu país se achava inclinado a desistir das suas pretensões à posse das ilhas.

\*\*\*